

GOVERNANÇA CORPORATIVA

DIRETRIZES E PRÁTICAS

1- APRESENTAÇÃO	4
2- OBJETIVO	4
3- PRINCÍPIOS	4
4- DIRETRIZES ORGANIZACIONAIS	5
5- AGENTES DA GOVERNANÇA	6
5.1 ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS	7
5.1.1 CONSELHO DE PATROCINADORES E INSTITUIDORES	7
5.1.2 CONSELHO DELIBERATIVO	8
5.1.3 CONSELHO FISCAL	9
5.1.4 DIRETORIA EXECUTIVA	11
5.2 ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO	12
5.2.1 COMITÊ DE INVESTIMENTOS	12
5.3 ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS	13
5.3.1 GERÊNCIA DE MERCADO	13
5.3.2 GERÊNCIA ADMINISTRATIVA	13
5.4 ÓRGÃOS INTERNOS DE CONTROLE	13
5.4.1 COMITÊ DE ÉTICA E CONDUTA	13
5.4.2 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	14
5.5 MECANISMOS DE CONTROLE EXTERNO	15
5.5.1 AUDITORIA ATUARIAL E DE BENEFÍCIOS	15
5.5.2 AUDITORIA CONTÁBIL E DE INVESTIMENTOS	15
5.5.3 AUDITORIA ADMINISTRATIVA	15
5.6 COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	15
5.7 ÓRGÃOS PÚBLICOS DE FOMENTO, SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO	16
6-ESTRUTURA NORMATIVA	16
6.1 POLÍTICAS	16
6.1.1 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	16
6.1.2 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	17
6.1.3 POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS	17
6.1.4 POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO DA GOVERNANÇA	18
6.1.5 POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	18
6.1.6 POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS E REMUNERAÇÃO	18
6.1.7 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	19
6.2 CÓDIGOS	19
6.2.1 CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA	19

6.3 REGIMENTO INTERNO DOS ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA.....	19
6.4 REGULAMENTOS.....	19
6.4.1 REGULAMENTOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS	19
6.4.2 REGULAMENTOS DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS.....	20
6.5 MANUAIS E INSTRUÇÕES NORMATIVAS	20
6.5.1. MANUAIS	20
6.5.2. INSTRUÇÕES NORMATIVAS.....	20
7. ATUALIZAÇÕES.....	20

1- APRESENTAÇÃO

Fundada em 1987, a Sociedade de Previdência Complementar do Sistema FIESC - PREVISC é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos que administra planos de previdência dos Patrocinadores e Instituidores com excelência e sustentabilidade, contribuindo para o planejamento financeiro dos Participantes.

A PREVISC garante e fomenta a participação de todos os Patrocinadores e Instituidores em seus órgãos de governança corporativa.

2- OBJETIVO

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa- IBGC, define como Governança Corporativa o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo as práticas e os relacionamentos entre Proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e Órgãos de Controle.

A PREVISC com o objetivo de normatizar suas práticas de Governança com seus públicos de relacionamento, adota do conceito de Governança Corporativa direcionado às atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as Entidades são dirigidas, monitoradas e controladas, envolvendo o relacionamento entre os patrocinadores e participantes, por meio dos órgãos de governança da Entidade e os órgãos de controle.

3- PRINCÍPIOS

As boas práticas convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização.

A Governança da PREVISC possui os seguintes princípios norteadores:

TRANSPARÊNCIA: A PREVISC sempre busca garantir informações claras e oportunas aos Participantes, aos Patrocinadores e Instituidores, de forma a estabelecer a melhor comunicação mantendo clima de confiança e credibilidade da Entidade.

PRESTAÇÃO DE CONTAS: Os membros da Governança assumem responsabilidades sobre suas decisões e utilização dos recursos da PREVISC prestando contas constantemente, permitindo que todos os atos e decisões relevantes praticados no exercício dos seus mandatos sejam justificados e formalizados.

RESPEITO: Os agentes de Governança e os colaboradores devem tratar de forma justa e igualitária todos os Participantes, Assistidos e demais interessados, sendo vedado todo o ato considerado discriminatório.

DEVER FIDUCIÁRIO: A Governança da PREVISC deve manter e promover conduta permanentemente pautada em elevados padrões éticos e de integridade, impedindo a utilização da Entidade em prol de interesses conflitantes com o alcance de seus objetivos, adotando atos de gestão pautados nas melhores práticas existentes, afastando interesses pessoais e/ou de terceiros.

RESPONSABILIDADE CORPORATIVA: A Governança da PREVISC deve zelar pela sustentabilidade da Entidade e dos Planos de Benefício administrados, visando a sua longevidade, buscando melhorar a qualidade de vida dos Participantes.

QUALIFICAÇÃO E PROFISSIONALISMO: A Governança da PREVISC, assim como seus colaboradores, deve possuir a qualificação necessária para exercer suas atribuições, atuando com profissionalismo e no constante aprimoramento de suas competências. A PREVISC estimula e promove a qualificação de seus agentes da Governança.

4- DIRETRIZES ORGANIZACIONAIS

MISSÃO

Administrar Planos de previdência dos Patrocinadores e Instituidores com excelência e sustentabilidade, contribuindo para o planejamento financeiro dos Participantes.

VISÃO

Ser reconhecida pela sua excelência como administradora de Planos de previdência complementar.

VALORES

Comprometimento: ser perseverante, responsável e estar engajado com os eventos e objetivos da PREVISC.

Críticidade: capacidade de avaliar criteriosamente as informações, traçando cenários que demonstrem as possíveis causas e efeitos das ações, propiciando, deste modo, um posicionamento coerente e seguro.

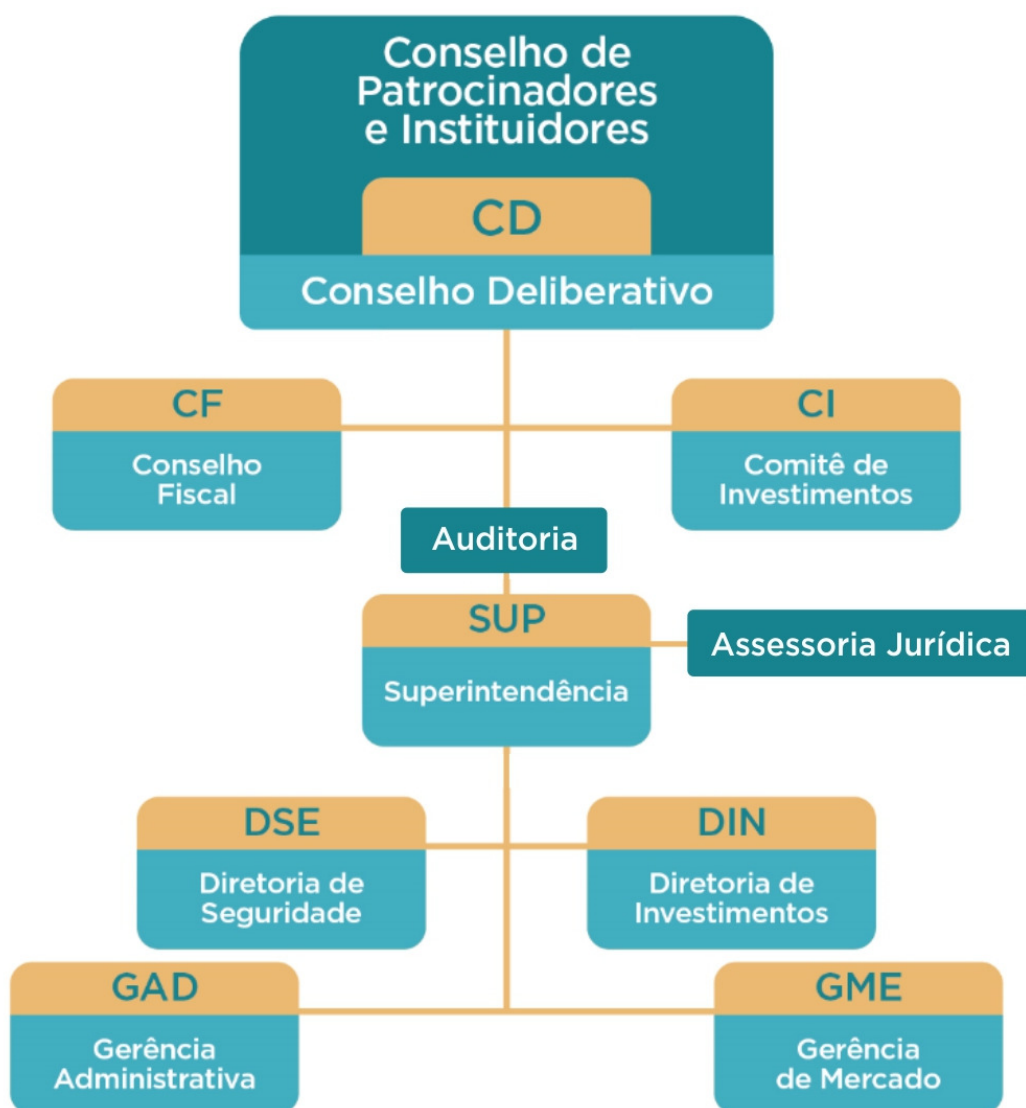
Transparência: comunicar-se de maneira clara e acessível com todos os públicos de relacionamento da PREVISC, apresentando contas de suas ações com responsabilidade e veracidade.

Integridade: dar consistência aos dados e informações, sendo correto e digno nas relações profissionais e pessoais.

Respeito: tratar a todos com igualdade, sem qualquer distinção quanto a gênero, raça, etnia, orientação sexual, idade, religião, deficiência, ascendência, escolaridade.

Competência: assegurar a realização da visão estratégica da PREVISC, por meio da excelência em processos e da geração de valor às partes interessadas.

5- AGENTES DA GOVERNANÇA



5.1 ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

5.1.1 CONSELHO DE PATROCINADORES E INSTITUIDORES

Finalidade:

- Eleger seus representantes junto ao Conselho Deliberativo;
- Eleger seus representantes junto ao Conselho Fiscal;
- Normatizar e coordenar a realização das eleições dos Participantes e Assistidos para concorrerem aos cargos de membros do Conselho Deliberativo e Fiscal;
- Deliberar sobre qualquer assunto considerado relevante pelo Conselho Deliberativo;
- Acompanhar as avaliações financeiras, atuariais e contábeis dos Planos de Benefícios;
- Deliberar quanto às alterações estatutárias e à extinção da PREVISC, na forma de seu Estatuto.

Composição:

O Conselho de Patrocinadores e Instituidores é composto por representantes indicados pelos Patrocinadores, Instituidores e Patrocinadores Fundadores em número igual ao dos Planos de Benefícios administrados pela PREVISC, obedecendo aos seguintes critérios:

- Permitida a indicação de apenas um representante por Patrocinador e Instituidor;
- Somente um representante de cada Plano de Benefícios;
- Seus membros não poderão exercer, cumulativamente, cargos na Diretoria Executiva ou Conselho Fiscal;
- Seus membros não serão remunerados.

Qualificação:

Os membros do Conselho de Patrocinadores e Instituidores deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Comprovada experiência no exercício de atividade na área, financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização ou de auditoria;
- Não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;
- Não ter sofrido penalidade administrativa por infração à legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar ou como servidor público.

Dinâmica das Reuniões:

- O Conselho de Patrocinadores e Instituidores deverá se reunir ordinariamente pelo menos duas vezes ao ano, preferencialmente em cada um dos semestres, e extraordinariamente, para deliberar sobre matérias previstas no Estatuto e qualquer outro assunto;
- As reuniões devem ser instaladas em primeira convocação com, no mínimo, a metade mais um da totalidade de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número de membros presentes;

- As convocações das reuniões ordinárias serão feitas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias e as extraordinárias com antecedência mínima de 08 (oito) dias;
- As matérias de aprovação deverão ter seus materiais de consulta disponibilizados aos Conselheiros com 08 dias de antecedência à reunião, os demais com 02 dias de antecedência.

Tomada de Decisão:

- As deliberações serão tomadas por maioria dos votos dos presentes, salvo as exceções previstas em Estatuto, para as quais serão necessários os votos de 2/3 (dois terços) do total de seus membros.

Mandato:

- Os Patrocinadores e Instituidores poderão substituir seus representantes a qualquer tempo.

5.1.2 CONSELHO DELIBERATIVO**Finalidade:**

- Sua ação se exercerá pelo estabelecimento de diretrizes fundamentais e normas gerais de organização, de operação e de administração da Entidade e dos Planos de Benefícios.

Composição:

O Conselho Deliberativo é composto por 09 membros efetivos e seus respectivos suplentes, da seguinte forma:

- 02 efetivos e seus suplentes serão indicados pelos Patrocinadores Fundadores;
- 04 efetivos e seus suplentes serão eleitos pelo Conselho de Patrocinadores e de Instituidores;
- 02 efetivos e seus suplentes serão eleitos pelo voto direto dos Participantes;
- 01 efetivo e 01 suplente serão eleitos pelo voto direto dos Assistidos;
- Seus membros não poderão exercer, cumulativamente, cargos na Diretoria Executiva ou Conselho Fiscal;
- Seus membros não serão remunerados;
- O Presidente do Conselho Deliberativo é indicado pelos Patrocinadores Fundadores, dentre seus representantes efetivos, e o Vice-Presidente é escolhido pelos demais membros deste colegiado, por eleição direta, na reunião de posse.

Qualificação:

Os membros do Conselho Deliberativo deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Curso superior;

- Comprovada experiência no exercício de atividade na área, financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização ou de auditoria;
- Não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;
- Não ter sofrido penalidade administrativa por infração à legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar ou como servidor público;
- Pela legislação, a maioria tanto dos Conselheiros titulares quanto dos Conselheiros suplentes deve estar certificada por instituição referenciada pela Superintendência de Previdência Complementar no prazo de 01 ano após a posse;
- A PREVISC preconiza e fomenta a certificação dos membros do Conselho Deliberativo;
- Após a certificação o Conselheiro deverá observar o atendimento das exigências para renovação da certificação.

Dinâmica das Reuniões:

- O Conselho Deliberativo deverá se reunir ordinariamente pelo menos uma vez por trimestre, e extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou por 1/5 (um quinto) de seus membros;
- O Superintendente da PREVISC, ou seu representante, participará das reuniões, sem direito a voto;
- O Conselho Deliberativo poderá convocar qualquer integrante da Diretoria Executiva para participar de suas reuniões, sem direito a voto.

Tomada de Decisão:

- As reuniões devem ser instaladas com a presença da maioria de seus integrantes, deliberando pelo voto da maioria dos presentes, salvo as exceções previstas em Estatuto, para as quais serão necessários os votos de 2/3 (dois terços) do total de seus membros;
- O Presidente do Conselho participará da votação e, em caso de empate, exercerá o voto de qualidade;
- As matérias de aprovação deverão ter seus materiais de consulta disponibilizados aos Conselheiros com 08 dias de antecedência à reunião, os demais com 02 dias de antecedência.

Mandato:

- Mandato será de 03 anos, permitindo-se uma recondução.

5.1.3 CONSELHO FISCAL**Finalidade:**

- O Conselho Fiscal é órgão de controle interno da Entidade, cabendo-lhe a fiscalização da PREVISC nos termos da Lei.

Composição:

O Conselho Fiscal é composto por 05 membros efetivos e seus respectivos suplentes:

- 03 efetivos e 03 suplentes eleitos pelo Conselho de Patrocinadores e Instituidores;
- 01 efetivo e seu suplente eleitos pelo voto direto dos Participantes;
- 01 efetivo e 01 suplente eleitos pelo voto direto dos Assistidos;
- Seus membros não poderão exercer, cumulativamente, cargos do Conselho de Patrocinadores e Instituidores, Conselho Deliberativo ou da Diretoria Executiva;
- Seus membros não serão remunerados;
- O Presidente do Conselho Fiscal será eleito por voto direto dentre seus membros e terá mandato de 01 ano, permitida uma reeleição.

Qualificação:

Os membros do Conselho Fiscal deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Curso superior;
- Comprovada experiência no exercício de atividade na área, financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização ou de auditoria;
- Não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;
- Não ter sofrido penalidade administrativa por infração à legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar ou como servidor público;
- Pela legislação, as maiorias tanto dos conselheiros titulares quanto dos conselheiros suplentes devem estar certificadas por instituição referenciada pela Superintendência de Previdência Complementar no prazo de 01 ano após a posse;
- A PREVISC preconiza e fomenta a certificação dos membros do Conselho Deliberativo;
- Após a certificação o Conselheiro deverá observar o atendimento das exigências para renovação da certificação.

Dinâmica das Reuniões:

- O Conselho Fiscal deverá se reunir pelo menos 04 (quatro) vezes ao ano e instalar-se-á com a presença mínima de 03 (três) membros;
- As convocações das reuniões ordinárias serão feitas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias e as extraordinárias com antecedência mínima de 08 (oito) dias;
- As matérias de aprovação deverão ter seus materiais de consulta disponibilizados aos Conselheiros com 08 dias de antecedência à reunião, os demais com 02 (dois) dias de antecedência;

Tomada de Decisão:

- Suas deliberações serão tomadas por maioria dos votos;

Mandato:

- O mandato é de 03 anos, não sendo permitida recondução. A renovação será processada parcialmente, substituindo-se os 02 membros representantes dos Participantes e Assistidos e, um ano após, os 03 membros representantes dos Patrocinadores e Instituidores.

5.1.4 DIRETORIA EXECUTIVA

Finalidade:

- A Diretoria Executiva é órgão de administração geral da PREVISC, cabendo-lhe executar e fazer cumprir as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas no Estatuto da PREVISC, nos Convênios de Adesão, nos Regulamentos dos Planos de Benefícios, normas internas e na legislação vigente.

Dinâmica das Reuniões:

- A Diretoria Executiva deverá se reunir mediante convocação do Diretor Superintendente com a presença da maioria de seus integrantes;
- As reuniões deverão ocorrer pelo menos uma vez ao mês, com registro em ata;
- Os Gerentes serão convidados a participar das reuniões.

Tomada de Decisão:

- Suas deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes.

Qualificação:

Os membros da Diretoria Executiva deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Comprovada experiência no exercício de atividade na área, financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, ou de auditoria;
- Curso superior;
- Não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;
- Não ter sofrido penalidade administrativa por infração à legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar ou como servidor público.
- Os membros da Diretoria Executiva devem ser habilitados pela Superintendência de Previdência Complementar previamente à posse.
- Todos os membros da Diretoria Executiva devem estar certificados por instituição referenciada pela Superintendência de Previdência Complementar no prazo de 01 ano da posse.
- O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado deve estar certificado com ênfase em investimentos, anteriormente à posse.

5.2 ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

5.2.1 COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Finalidade:

- O Comitê de Investimentos é órgão assessor da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da PREVISC, cabendo-lhe zelar pela gestão dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios administrados pela Entidade, de acordo com a legislação vigente.

Composição:

O Comitê de Investimentos é composto de no mínimo 07 (sete) membros, sendo obrigatoriamente entre eles:

- 04 (quatro) representantes indicados pelo Conselho Deliberativo;
- O Superintendente e o Diretor de Investimentos da PREVISC;
- 01 (um) empregado da PREVISC da área de investimentos.

Os membros indicados pelo Conselho Deliberativo poderão ser substituídos a qualquer momento por deliberação do mesmo.

Qualificação:

Os membros do Comitê de Investimentos deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Curso superior;
- Comprovada experiência no exercício de atividade na área financeira;
- Não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;
- Não ter sofrido penalidade administrativa por infração à legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar ou como servidor público;
- A integralidade dos membros do Comitê de Investimentos deverá estar certificada, com ênfase em investimentos, por instituição referenciada pela Superintendência de Previdência Complementar no prazo de 01 ano após a posse.
- Na hipótese de não certificação ao término deste prazo, o membro do Comitê de Investimentos perderá seu mandato devendo o Patrocinador indicar outro representante.

Dinâmica das Reuniões:

- O Comitê de Investimentos deverá se reunir ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente por convocação de um de seus membros, por solicitação da Diretoria Executiva ou por solicitação do Conselho Deliberativo;
- O Comitê de Investimentos fará recomendações das decisões tomadas nas reuniões;
- As matérias de aprovação deverão ter seus materiais de consulta disponibilizados aos Conselheiros com 07 dias de antecedência à reunião, os demais com 2 dias de antecedência.

Tomada de Decisão:

- O Comitê de Investimentos pode recomendar a realização de investimentos, desinvestimentos ou movimentações em geral;

Mandato:

- Os membros do Comitê de Investimentos terão mandatos com prazo indeterminado, podendo ser substituídos a qualquer tempo por solicitação da Diretoria Executiva ou do Conselho Deliberativo.

5.3 ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS**5.3.1 GERÊNCIA DE MERCADO**

Responsável pelo planejamento, gestão e controle das iniciativas de uma comunicação transparente com o público-alvo e pelo relacionamento com Participantes, Patrocinadores e clientes potenciais, com o objetivo de aumentar a atuação de mercado e a sustentabilidade da Entidade.

5.3.2 GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

Responsável pelo gerenciamento das áreas de gestão de pessoas, administração, contabilidade e tecnologia da informação, mediante a aplicação de políticas de recursos humanos e financeiros, estruturando, racionalizando e adequando serviços e processos, objetivando a sustentabilidade e perenidade da Entidade.

5.4 ÓRGÃOS INTERNOS DE CONTROLE**5.4.1 COMITÊ DE ÉTICA E CONDUTA****Finalidade:**

- O Comitê de Ética e Conduta é um órgão independente, cujas finalidades são orientar, promover e fazer cumprir o Código de Ética e Conduta da PREVISC.

Reuniões e Composição:

- O Comitê de Ética e Conduta da PREVISC é composto por 03 (três) membros efetivos e 02 (dois) membros suplentes, da seguinte maneira: 02 (dois) representantes do Conselho Deliberativo (efetivo e suplente), um representante da Diretoria Executiva ou Gerencias (efetivo), dois representantes do corpo de colaboradores da PREVISC (efetivo e suplente).

- Os membros do Comitê de Ética e Conduta da PREVISC são escolhidos por meio de votação nos respectivos colegiados, exceção feita à Diretoria Executiva ou Gerências; que indicará como representante um de seus membros.
- O mandato dos membros é de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez consecutiva;
- A renovação será anual na proporção de 1/3 (um terço) e 2/3 (dois terços), sendo no primeiro ano escolhido o novo representante da Diretoria Executiva ou Gerências;
- O Coordenador do Comitê de Ética e Conduta será um representante da Diretoria Executiva ou Gerências;

Dinâmica dos Trabalhos:

- O Comitê de Ética e Conduta da PREVISC deverá reunir-se ordinariamente a cada 06 (seis) meses ou quando convocado por um dos seus membros, devendo efetuar relatoria após cada reunião para o Conselho Deliberativo da PREVISC;
- As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas no prazo máximo de 008 (oito) dias corridos após o recebimento de denúncias de descumprimento do Código de Ética e Conduta da PREVISC, visando seu esclarecimento e solução;
- Consultas e questionamentos devem ser respondidos em até 30 (trinta dias);
- Cabe ao Comitê de Ética e Conduta a apuração de denúncias relacionadas ao cumprimento do Código de Ética e Conduta da PREVISC, apresentando Parecer à instância competente para a adoção das providências cabíveis ao caso;

5.4.2 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**Finalidade:**

- Cabe à Gestão de Riscos e Controles Internos a responsabilidade de zelar pela adequação e utilização da Política de Gestão de Risco, por toda a organização, auditar e acompanhar a implantação e desenvolvimento dos Planos de ação dos riscos identificados.

Composição:

- Os trabalhos de Gestão de Riscos e Controles Internos são desempenhados internamente sob supervisão da Superintendência e apresentados periodicamente ao Conselho Fiscal.

Dinâmica das Reuniões e Trabalhos:

- As auditorias serão realizadas bimestralmente, ou sempre que houver necessidade;
- Os resultados das auditorias serão apresentados nas reuniões do Conselho Fiscal;
- Os riscos primeiramente auditados serão aqueles que possuem maior Índice de Exposição ao Risco;
- Os riscos da PREVISC são identificados nos processos de trabalho, por tipo de exposição, e avaliados quanto à probabilidade de ocorrência, quanto ao seu impacto

nos objetivos estratégicos e metas traçadas. A análise dos riscos será definida conforme processo descrito no Modelo Proprietário de Risco da PREVISC.

5.5 MECANISMOS DE CONTROLE EXTERNO

5.5.1 AUDITORIA ATUARIAL E DE BENEFÍCIOS

A Auditoria Atuarial e a Auditoria de Benefícios têm como principal objetivo a manifestação quanto à coerência e consistência das hipóteses biométricas, demográficas e financeiras, do regime financeiro e do método de financiamento das provisões matemáticas e do cálculo dos benefícios, visando a preservação do nível de solvência dos Planos de Benefícios administrados. Através de cronograma anual os Planos são auditados e a cada 05 anos, no mínimo, todos os Planos de Benefícios passarão por auditoria.

5.5.2 AUDITORIA CONTÁBIL E DE INVESTIMENTOS

A Auditoria Independente avalia se as demonstrações contábeis e financeiras dos Planos de Benefícios refletem corretamente a posição patrimonial e financeira destes.

As demonstrações contábeis e de investimentos objetivam: proporcionar entendimento quanto à posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de dos Planos de Benefícios administrados, analisar as movimentações da carteira de investimentos em relação às premissas da Política de Investimentos da Entidade, monitorar o controle dos riscos pertinentes às operações e o enquadramento da alocação dos recursos aos limites e parâmetros estabelecidos pela legislação. A periodicidade das auditorias é trimestral e objetiva o subsídio de informações ao Conselho Fiscal.

5.5.3 AUDITORIA ADMINISTRATIVA

A auditoria independente dos sistemas administrativos, informacionais e operacionais da Entidade busca avaliar o cumprimento das políticas, diretrizes, normas e procedimentos corporativos ou específicos, buscando o constante aperfeiçoamento dos controles, da racionalização dos processos e do aprimoramento da gestão administrativa e gerencial. A periodicidade da Auditoria Administrativa é anual.

5.6 COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

Finalidade

- As comissões ou grupos de trabalho poderão ser criados para fins específicos, com a finalidade de prestar assessoria sobre determinado assunto à Diretoria Executiva da PREVISC;
- A composição e o objeto das comissões ou grupos de trabalho serão definidos na sua criação, a qual ocorrerá por intermédio de ato da Superintendência da PREVISC;
- As comissões ou grupos de trabalho poderão ter prazo determinado;

- Na composição das comissões e grupos de trabalho sempre haverá no mínimo um membro da Diretoria Executiva ou Gerências, a quem caberá a coordenação dos trabalhos.

5.7 ÓRGÃOS PÚBLICOS DE FOMENTO, SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO

Para que as atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar sejam realizadas de acordo com os ditames legais e fiscalização exigidas, foram instituídos quatro órgãos que fomentam, supervisionam e fiscalizam as atividades específicas das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Atualmente, são eles:

- **A Subsecretaria de Políticas do Regime de Previdência Complementar – SPPC**, órgão do Ministério da Fazenda, responsável pela promoção de Políticas Públicas no âmbito das EFPCs;
- **O Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC**, órgão colegiado responsável pela regulação das atividades e operações dos Fundos de Pensão;
- **A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC**, autarquia especial vinculada ao Ministério da Fazenda responsável pela aprovação, acompanhamento, supervisão e fiscalização das atividades das EFPCs;
- **A Câmara de Recursos da Previdência Complementar – CRPC**, órgão colegiado de última instância recursal do segmento para os processos administrativos instaurados pela PREVIC.

Adicionalmente, as Entidades Fechadas de Previdências Complementar, devem atender legislações de outros órgãos, como:

- **Receita Federal do Brasil;**
- **Comissão de Valores Mobiliários- CVM;**
- **Conselho de Controle de Atividades Financeiras- COAF.**

6-ESTRUTURA NORMATIVA

6.1 POLÍTICAS

As Políticas da PREVISC constituem-se no conjunto de regras que norteiam os trabalhos de determinado segmento da Entidade. As Políticas são elaboradas pela Diretoria Executiva da PREVISC e encaminhadas ao Conselho Deliberativo para apreciação e deliberação, e posteriormente levadas aos demais órgãos da Governança para que seus membros tenham conhecimento.

6.1.1 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos da PREVISC estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos recursos garantidores dos Planos de benefícios administrados pela Entidade.

Esta política será submetida a revisões anuais ou em períodos inferiores, sempre que necessário, com o intuito de preservar as condições de segurança, rentabilidade,

solvência e liquidez dos investimentos, por conta da conjuntura econômica vigente, modificações observadas no passivo da PREVISC, ou em função de mudanças na legislação.

A Política de Investimentos possui vigência de 05 anos ou até que o Conselho Deliberativo venha a alterar o seu conteúdo, por força da lei ou por conta de revisões que se façam necessárias.

Ela estabelece as diretrizes a serem observadas na aplicação dos recursos financeiros dos Planos de benefícios administrados pela PREVISC, em conformidade com a legislação aplicável em vigor, observando a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades e as características de suas obrigações, com o objetivo da manutenção do equilíbrio entre os seus ativos e passivos.

Os recursos dos Planos de benefícios administrados pela PREVISC serão aplicados de forma a buscar superar a meta atuarial (ou a meta de rentabilidade) dos Planos de benefícios administrados pela PREVISC, observando-se sempre a adequação do perfil de risco de cada carteira individual, dos diferentes segmentos e da carteira agregada à tolerância a risco da Entidade e de seus Planos providenciais.

Outro importante aspecto a ser observado é a liquidez, que deverá se manter adequada ao atendimento dos compromissos de curto e médio prazos e às mudanças táticas ou estratégicas de posição que porventura se façam necessárias.

6.1.2 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Política de Comunicação Institucional da PREVISC estabelece as diretrizes que visam nortear as informações aos Conselheiros, colaboradores, Patrocinadores, Instituidores, Participantes ativos e assistidos e para a imprensa, com o objetivo de tornar a imagem da PREVISC cada vez melhor, mais clara e sólida perante os seus públicos.

A missão de Comunicação da PREVISC é gerir as informações e canais de comunicação da Entidade para construir e manter relacionamentos eficazes com os públicos relevantes, e possuem os seguintes objetivos:

- Abrir canais de comunicação com os diversos públicos e mantê-los acessíveis;
- Planejar estrategicamente a comunicação na PREVISC e administrar o relacionamento com seus públicos internos e externos;
- Promover e valorizar a imagem institucional da Entidade para diferenciá-la positivamente das demais Entidades de Previdência Complementar;
- Dar visibilidade à qualidade dos serviços prestados pela PREVISC;
- Uniformizar os procedimentos de comunicação através de uma linguagem única.

6.1.3 POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

A gestão dos riscos é um importante processo para identificar, controlar e monitorar as ameaças que possam comprometer os objetivos estratégicos da Entidade, uma vez que

o gerenciamento dos riscos corporativos trata de ameaças e oportunidades que afetam ou poderão afetar a criação ou a preservação de valor da organização.

A PREVISC entende que a exposição aos riscos está diretamente ligada à sua atuação como administradora de Planos de previdência e visando identificar e mitigar estes riscos, a fim de atingir seus objetivos de maneira transparente e segura, criou Política de Gestão de Risco que possui o objetivo de:

- Normatizar as práticas na gestão de riscos da PREVISC – Sociedade de Previdência Complementar do Sistema FIESC, de acordo com suas Instruções Normativas, Política de Investimentos, processos e Resolução CGPC n° 0103/2004;
- Aplicar a metodologia e as ferramentas desenvolvidas pela Entidade para a gestão de risco;
- Identificar os riscos da Entidade;
- Gerenciar os riscos através do desenvolvimento, implantação e acompanhamento de Planos de ação visando mitigar os riscos identificados;
- Sugerir melhorias e acompanhar o desenvolvimento dos Planos de ação;
- Auxiliar os gestores da PREVISC no controle dos riscos, bem como utilizar os resultados como ferramenta de apoio do processo de Planejamento Estratégico.

6.1.4 POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO DA GOVERNANÇA

Os membros da Governança Corporativa da PREVISC deverão possuir a qualificação necessária para o exercício do respectivo cargo. A PREVISC oferecerá eventos de capacitação em temas pertinentes às suas áreas de atuação durante todo o mandato, inclusive para a finalidade de obtenção e manutenção de certificação por instituição autônoma certificadora reconhecida pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar-PREVIC.

A PREVISC buscará sempre a certificação da totalidade dos membros dos seus órgãos de Governança.

6.1.5 POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Descreve um conjunto de mecanismos de controle e proteção que, aplicados de maneira integrada, criam condições para preservação, integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações da PREVISC, abordando aspectos como utilização da internet corporativa, correio eletrônico, política de senhas, administração de servidores e estações de trabalho, licenças de software, sistemas corporativos, entre outros.

6.1.6 POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS E REMUNERAÇÃO

A Política de Recursos Humanos define as diretrizes de alinhamento dos processos de Recrutamento e Seleção; Remuneração e Benefícios; Treinamento e Desenvolvimento; Saúde e Segurança do Trabalho; Cultura e Clima Organizacional com a missão e visão da Entidade.

6.1.7 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico traduz o processo de elaboração da estratégia, mediante o estabelecimento de objetivos e indicadores estratégicos atrelados a planos de ações e projetos que possam levar ao atingimento das metas estabelecidas.

Com abordagem nas perspectivas do Balanced ScoreCard, a PREVISC faz o acompanhamento de seu desempenho visando alcançar os objetivos estratégicos e com isso assegurar a sustentabilidade da Entidade e dos Planos de Benefícios administrados, além de buscar aumentar sua participação no mercado de previdência complementar fechada, desenvolver processos orientados para o mercado e fortalecer as competências essenciais de seus colaboradores.

6.2 CÓDIGOS

6.2.1 CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

O Código de Ética e Conduta da PREVISC é um instrumento de realização da visão, missão e valores da organização, formalizando os princípios éticos e normas de conduta que devem orientar as relações com o público interno e externo.

Possui característica educativa e formaliza os compromissos éticos da PREVISC com os seus públicos de relacionamento para que, ao realizar os seus objetivos corporativos, esteja contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

Qualquer denúncia ou consulta relativa ao Código de Ética e Conduta da PREVISC pode ser feita pelos seguintes canais de comunicação:

Telefone: 0800 48 8088 (solicitar contato com o Comitê de Ética e Conduta);

E-mail: etica@previsc.com.br.

6.3 REGIMENTO INTERNO DOS ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA

Documentos que estabelecem as diretrizes de finalidade, composição, mandato, atribuições e funcionamento dos Conselhos de Patrocinadores e Instituidores, Deliberativo e Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Investimentos da PREVISC.

Nos Regimentos estão contempladas a descrição das competências e responsabilidades dos membros dos Conselhos da PREVISC, seus Comitês e Diretoria Executiva.

Os Regimentos poderão ser modificados ou reformados a qualquer tempo, por iniciativa da Diretoria Executiva, mediante aprovação do Conselho Deliberativo.

6.4 REGULAMENTOS

6.4.1 REGULAMENTOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Os Regulamentos dos Planos de Benefícios são os instrumentos que determinam as normas e aspectos técnicos de funcionamento de cada Plano de Benefícios administrado pela PREVISC, devendo ser aprovados pelo órgão regulador e fiscalizatório competente.

Tais instrumentos estabelecem os direitos e obrigações da Entidade, Participantes e Assistidos no âmbito do respectivo Plano de Benefícios, como regras, limitações, exclusões, custeio, benefícios, prazos, metodologias de cálculos, dentre outros aspectos.

6.4.2 REGULAMENTOS DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Os Regulamentos dos Fundos de Investimentos são os normativos utilizados como norte nos investimentos realizados pela PREVISC. Tais Regulamentos estabelecem normas e procedimentos cuja observância é obrigatória e se faz necessária para o bom funcionamento, regularidade e transparência das aplicações financeiras realizadas pela entidade.

6.5 MANUAIS E INSTRUÇÕES NORMATIVAS

São instrumentos emanados pela Diretoria Executiva da PREVISC, os quais possuem o objetivo de normatizar as regras do funcionamento da Entidade.

6.5.1. MANUAIS

Os Manuais são conjuntos de normas utilizados como guia para a realização de serviços ou atividades, criados por intermédio de Instruções Normativas.

6.5.2. INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Instruções Normativas são normas de caráter interno expedidas pela Superintendência da PREVISC que definem procedimentos para a realização de determinado serviço ou atividade.

7. ATUALIZAÇÕES

O presente instrumento deverá ser revisado a cada três anos, ou a qualquer tempo no caso de alteração da estrutura administrativa da PREVISC.

Contato:

PREVISC

Sociedade de Previdência Complementar do Sistema FIESC

Rod. Admar Gonzaga, 2765 | 2º andar
Bairro Itacorubi, Florianópolis – SC
CEP 88034-001

www.previsc.com.br

DDG 0800 48 8088

atendimento@previsc.com.br